



miguilim

VOLUME 13, NÚMERO 1 | JAN-ABR 2024

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO ECOLÓGICO EM
MANCHETES DE LÍNGUA INGLESA: AS EBULIÇÕES
POLÍTICAS E AS REPRESENTAÇÕES DO BRASIL NO
GOVERNO TEMER



CRITICAL ANALYSIS OF ECOLOGICAL DISCOURSE IN
ENGLISH LANGUAGE HEADLINES: POLITICAL
EBULITIONS AND REPRESENTATIONS OF BRAZIL IN
TEMER'S GOVERNMENT

Aleffe Silva ARAÚJO
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Adelino Pereira dos SANTOS
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | AUTORIA
RECEBIDO EM 13/08/2023 • APROVADO EM 26/04/2024
DOI: <https://doi.org/10.47295/mgren.v13i1.1047>

Resumo

A partir dos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso Crítica, neste artigo apresentamos um trabalho de pesquisa sobre o discurso ecológico do/sobre o Brasil

e suas representações em manchetes de agências de notícias, jornais e revistas publicadas nos Estados Unidos durante o governo de Michel Temer (2016 a 2018). O escopo desta pesquisa foca nas questões ecológicas e, por conseguinte, concernentes ao meio ambiente, Amazônia, mudança climática, preservação da natureza, entre outros assuntos correlatos. Contudo, no período compreendido entre 2016 e 2018 o Brasil também estava nas manchetes internacionais por causa de outros acontecimentos, como a crise política e econômica no país, as investigações envolvendo grandes nomes do ramo político e/ou empresarial, as manifestações que pediam a saída da presidente Dilma Rousseff do poder, entre outros eventos locais que ganharam destaques nas mídias globais. A pesquisa teve por objetivo identificar e analisar os elementos lexicais, construções sintáticas e aspectos semânticos que revelassem práticas discursivas dos diferentes atores sociais que se representam nas manchetes. Como resultados, pudemos concluir que as práticas discursivas e sociais dos sujeitos que representavam o Brasil sob Temer não contribuíram para melhora do país e avolumaram acúmulos discursivos negativos das representações do país na seara ambiental e/ou ecológica, conforme inscritas nas manchetes analisadas.

2

Abstract

Based on the theoretical and methodological assumptions of Critical Discourse Analysis, in this article we present a research work on the ecological discourse of/about Brazil and its representations in headlines of news agencies, newspapers and magazines published in the United States during the government of Michel Temer (2016 to 2018). The scope of this research focuses on ecological issues and, therefore, concerning the environment, the Amazon, climate change, nature preservation, among other related issues. However, in the period between 2016 and 2018, Brazil was also in the international headlines because of other events, such as the political and economic crisis in the country, investigations involving big names in the political and/or business sector, protest marches calling for the impeachment of president Dilma Rousseff, among other local events that gained prominence in the global media. The research aimed to identify and analyze the lexical elements, syntactic constructions and semantic aspects that revealed discursive practices of the different social actors represented in the headlines. As a result, we were able to conclude that the discursive and social practices from the subjects who represented Brazil under Temer did not contribute to the country's improvement and accumulated negative discourses on the country's representations in the environmental and/or ecological field, as inscribed in the analyzed headlines.

Entradas para indexação

Palavras-chave: Análise do Discurso Crítica. Discurso ecológico. Representações do Brasil. Governo Temer.

Keywords: Critical Discourse Analysis. Ecological Discourse. Representations of Brazil. Temer's government.

Texto integral

Introdução

O trabalho de pesquisa que apresentamos neste artigo teve origem como uma das ações do projeto Gêneros textuais e práticas discursivas para a sala de aula, em desenvolvimento como atividade docente complementar de dedicação

exclusiva, na Universidade do Estado da Bahia. A maior parte do texto do artigo foi primeiramente apresentado como trabalho de conclusão do curso de graduação em Letras: Língua Inglesa e Literaturas, de um dos autores deste trabalho. A pesquisa, de caráter exploratório e de bases bibliográficas, direciona-se pelos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso Crítica, para analisar manchetes de agências de notícias, jornais e revistas de grande repercussão internacional, que tematizem o discurso ecológico do/sobre o Brasil no período compreendido entre 2003 e 2024 e as representações de tal discurso nos diferentes governos do Brasil nas primeiras décadas do século XXI. O corte que transcrevemos neste artigo teve por objetivo identificar e analisar os elementos lexicais, construções sintáticas e aspectos semânticos que revelem as práticas discursivas dos diferentes atores sociais que se representam nas manchetes durante o governo da presidência de Michel Temer (2016 a 2018). As manchetes foram selecionadas por busca na internet pelo mecanismo da plataforma Google, a partir da seguinte fórmula de busca: site: websitename.com [topic/keywords].

A escolha da amostragem para análise das manchetes das notícias e reportagens advindas dessa pesquisa buscou ser representativa de cada época política, específica do período, atentando-se, principalmente, para as práticas discursivas e sociais engendradas em cada manchete e os recursos utilizados para representar o Brasil no concernente às questões ecológicas, especialmente em relação à Amazônia. A definição da amostragem das manchetes realizou-se de maneira qualitativa, de modo a atender aos objetivos delineados. Os veículos de mídia utilizados para esta pesquisa foram o jornal The New York Times, a agência de notícias Reuters, o sítio eletrônico da Fox News, a revista Time, entre outros. Esses veículos têm abrangência tanto de produção, circulação e reprodução quanto na formação de opinião, além de serem veículos com certa credibilidade, objetiva e/ou relativa, reconhecida.

A análise crítica do discurso desenvolvida com as manchetes que circulam na mídia estadunidense poderá contribuir para o desvelamento das disputas ideológicas e possibilitar a reflexão, inclusive da própria análise, em busca de horizontes de mudança social, que é uma perspectiva própria do dispositivo teórico-metodológico usado, em relação às discursividades que versem sobre a questão ecológica e/ou ambiental da/sobre a República Federativa do Brasil.

As abordagens críticas da análise do discurso

O discurso é entendido por Fairclough (1995) de duas formas. Primeiro, como discurso, de forma abstrata, e segundo como discursos, de forma mais restrita, tratando-se das representações do mesmo. Já o *poder* é entendido como a relação assimétrica entre os que o detém e os que estão lutando por ele e, com isso, o poder sempre é instável porque as relações que o sustentam também o são. Uma das formas de sustentar o poder é por meio da ideologia, que tem diversos conceitos e tradições históricas. Fairclough (1995) é adepto da forma crítica, negativa e, portanto, a ideologia pode ser entendida negativamente, como uma representação particular do mundo que está sendo colocada como universal.

Por isso, a ideologia é um dos componentes fundamentais na manutenção do poder porque o grupo que está dominando consegue impor suas representações

particulares como se fossem universais. A ideologia, que sustenta o poder, tornar-se ainda mais enraizada quando se transforma em hegemonia, isto é, a conquista, consentida e/ou coercitiva, da adesão da maioria a uma determinada representação particular, ou seja, da adesão da maioria a uma ideologia. Diante disso, a hegemonia apresenta-se como a reificação das relações assimétricas que passam a ser vistas como perenes e naturais, tornando ainda mais difícil a contestação ao poder constituído. Entretanto, justamente por estar assentado sob relações assimétricas é que o poder é instável e, portanto, passível de contestação.

Assim, a Análise do Discurso Crítica (ADC) é um campo de estudo e pesquisa inerentemente transdisciplinar, pois desde sua concepção, para além das relações com outras disciplinas (interdisciplinaridade), tenta romper as fronteiras e estabelecer intercomunicação entre a Linguística e os diversos campos do saber. Apesar dessas relações, presumivelmente complexas, as pesquisas desenvolvidas nessa perspectiva buscam rejeitar a escrita rebuscada e hermética porque “[...] qualquer trabalho realizado por ela deve ser ensinável, claro e acessível na socialização das análises e dos resultados de pesquisa” (Melo, 2018, p. 34).

Essa premissa das pesquisas em ADC é corroborada pela visão de Resende (2012 *apud* Melo, 2018, p. 33) que argumenta que “as pesquisas em ADC não são feitas para as estantes das bibliotecas, tampouco para a satisfação pessoal dos pesquisadores(as)”. Ou seja, para além da realização acadêmica, as pesquisas em ADC devem ser úteis para a conscientização dos prejudicados pelas assimetrias sociais, pois, de acordo com Fairclough (2015, p. 3), entende-se que “[...] aumentar a consciência das pessoas de como a linguagem contribui para a dominação de algumas pessoas por outras como um passo para a emancipação social”¹.

O autor coloca, sabiamente, que a conscientização é “um passo” para a emancipação social, pois é preciso ter em mente que as pesquisas “críticas”, embora contribuam fortemente para isso, não substituem a luta política pela emancipação. As pesquisas críticas podem contribuir com fundamentações teórico-científicas que respaldem posições nessas disputas. Entretanto, como bem sabe a ADC, a ciência não está imune aos jogos de poder e as pesquisas, mesmo as críticas, podem ser instrumentalizadas e deturpadas para subjugação, cooptação e uma “falsa emancipação” que busca reproduzir as relações assimétricas de poder de uma forma diferenciada e diversificada. A crítica, como mencionado acima, precisa ser balizada por critérios bem estabelecidos e estar submetida à autorreflexão.

O termo “crítica”, mencionado e explicado brevemente acima, é central em perspectivas que buscam não apenas descrever ou demonstrar, mas evidenciar as estruturas, as conexões e as práticas que sustentam o *status quo*, em busca de sua transformação. As pesquisas críticas são pesquisas que estão “[...] essencialmente tornando visíveis as interconexões das coisas” (Fairclough, 1995, p. 36) e, com isso, produzir “esclarecimento e emancipação” (Wodak; Meyer, 2009, p. 7). Ser crítico é não tomar as coisas como “dadas”, é historicizar as situações e contextos, percebendo como as estruturas e as relações sociais foram produzidas e são reproduzidas, frequentemente sustentadas por relações desiguais de poder. É

¹ Tradução nossa de: “[...] raising people’s consciousness of how language contributes to the domination of some people by others, as a step towards social emancipation” (FAIRCLOUGH, 2015, p. 3). Todas as demais traduções das citações das referências e das manchetes em língua inglesa são, igualmente, de nossa autoria.

compreender as contradições que são engendradas por essas assimetrias e, a partir dessas compreensões, produzir reflexões que almejam desarticular essas relações, visando o estabelecimento de novas estruturas e relações sociais pautadas pela não subjugação, ou seja, pela emancipação.

Fairclough (1995, p. 36), citando Frederick Engels, concebe sua definição de crítico, por um lado, como “[...] comprometida com a teoria e o método dialético ‘que concebe as coisas e seus retratos conceituais essencialmente em seu nexos, em seu encadeamento, em seu movimento, em seu devir e fenecer’ [...]” e, por outro lado, “[...] a visão que, em questões humanas, interconexões e cadeias de causa e efeito podem ser distorcidas”. Essa é a necessidade de uma investigação científica, pois “[...] toda a ciência seria supérflua se a forma de aparecimento e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (Marx, 2017, p. 880). Portanto, para Fairclough (1995a, p. 747 *apud* Wodak; Meyer, 2009, p. 7), como também mencionado acima, “‘crítica’ é essencialmente tornar visível as interconexões das coisas”.

O termo “crítica” é a tradução mais comum da expressão cunhada pelo Fairclough, em 1985, “Critical Discourse Analysis”, entretanto, a ordem em que o termo “crítica” aparece na tradução da expressão não é pacífico entre os pesquisadores dessa área no Brasil. Há divergência entre “Análise de Discurso Crítica” e “Análise Crítica do Discurso”. A primeira tradução é usada pelos influentes pesquisadores da Universidade de Brasília, onde há um grupo de estudos críticos de discurso bem consolidado, pois, de acordo com Magalhães (2005, p. 2), “[...] no Brasil, a tradição de estudos do discurso é forte” e se consolidou como “Análise de Discurso”, sendo a utilização do termo “crítica” uma forma de demarcar-se desse campo.

A segunda tradução é utilizada por outros pesquisadores da área, pois o primeiro livro disseminado no Brasil abordando estudos nessa perspectiva chamava-se “Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional”. Eles argumentam que essa é a tradução mais apropriada do inglês e que melhor explica a perspectiva de uma análise crítica dos aspectos discursivos (Melo, 2018, p. 26). Ambos os lados possuem argumentos convincentes para o uso que fazem de cada expressão. Portanto, da mesma forma que há diferentes abordagens dentro da Análise Crítica do Discurso, não surpreende a existência de uma celeuma em relação à questão da nomenclatura desse campo de estudo no Brasil. Desse modo, neste artigo adota-se essa segunda nomenclatura, que melhor se coaduna com os objetivos da análise empreendida nas seções subsequentes deste trabalho.

Embora o enfoque utilizado por Norman Fairclough, o maior expoente da Análise de Discurso Crítica (Resende; Ramalho, 2019, p. 21), a Teoria Social do Discurso (TSD), confunda-se com a própria Análise de Discurso Crítica, essa não é a única abordagem dentro da ADC. Os diversos linguistas, que estavam encampando os debates, trocas e colaborações sobre uma análise de discurso crítica propuseram diferentes abordagens em seus estudos. Reisigl e Wodak desenvolveram a abordagem Histórico-Discursiva (HD), Mautner, a Linguística de *Corpus* (LiC), Van Leeuwen, Atores Sociais (AS), Jäger e Maier, a Análise de Dispositivo (AD), Van Dijk, a Sociocognitiva (SC) e Fairclough, Dialético-Relacional (DR) (Wodak; Meyer, 2009, p. 20 *apud* Magalhães; Martins; Resende, 2017, p. 28).

Todas essas abordagens mencionadas são abordagens críticas do discurso, porém são abordagens que enfocam temáticas e/ou ferramentas analíticas específicas. Contudo, essas abordagens não são mutualmente excludentes. Elas (ou partes delas) podem ser utilizadas para uma análise crítica do discurso, dependendo do enfoque, tema e/ou objetivo da pesquisa porque a relação entre linguagem e sociedade é, cada vez mais, explorada por diferentes áreas do conhecimento, tais como são abordadas neste trabalho, pela análise das manchetes em língua inglesa, nas seções subsequentes deste artigo.



Breves considerações sobre o dispositivo teórico-metodológico

A escolha da amostragem para análise das manchetes das notícias e reportagens nesta pesquisa buscou ser representativa das diferentes eras políticas, atentando-se, principalmente, para as práticas discursivas e sociais engendradas em cada manchete e os recursos utilizados para representar o Brasil no que concerne às questões ecológicas, especialmente em relação à Amazônia. A definição da amostragem das manchetes realizou-se de maneira qualitativa e quantitativa para atender aos objetivos da investigação. Os veículos de mídia foram o jornal The New York Times, a agência de notícias Reuters, o sítio eletrônico da Fox News, a revista Time, entre outros. Esses veículos possuem uma abrangência tanto de produção, circulação e reprodução quanto na formação de opinião, além de serem veículos com certa credibilidade, objetiva e/ou relativamente reconhecida.

As manchetes foram analisadas de maneira qualitativa com o dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica, em seu modelo proposto por Norman Fairclough, sua Teoria Social do Discurso, seu modelo tridimensional e suas posteriores remodelações. O modelo tridimensional de Fairclough analisa a dimensão textual, a prática discursiva e a prática social. Fairclough (2016), ao analisar a prática textual, leva em conta o vocabulário, a gramática, a coesão e a estrutura textual. Ao analisar a prática discursiva, considera a produção, distribuição e consumo do texto. Para completar a terceira dimensão da análise, a prática social preocupa-se com as condições sociais e seus aspectos conjunturais, perpassando noções como ideologia e hegemonia, que possibilitam a prática discursiva. Contudo, nem todas as categorias sugeridas para análise em cada dimensão são utilizadas, mas as que são úteis para os propósitos desta pesquisa.

A Análise de Discurso Crítica, como mencionado, é um campo inerentemente multidisciplinar. Esse modelo tridimensional do Fairclough foi remodelado por ele e Chouliaraki em 1999 para amalgamar ainda mais a Análise do Discurso Crítica com essa multidisciplinaridade. Seguindo o modelo tridimensional, a aplicação desse dispositivo teórico-metodológico nas manchetes de notícias e reportagens, na prática textual, considerou o léxico empregado, as construções gramaticais e a estrutura em que o texto se apresenta.

Na prática discursiva e social, as considerações sobre os veículos de mídia que produzem e distribuem essas notícias, as conjunturas sociais e políticas que engendraram as produções discursivas apresentadas por esses veículos de comunicação, como isso impacta na imagem internacional do Brasil e como o público, em sua maioria, recebe e consome esse conteúdo, além da influência

exercida por esse conteúdo na visão das pessoas em relação às representações do Brasil envolvendo questões ecológicas e/ou ambientais.

Com a análise das manchetes, buscou-se, por meio de marcadores linguísticos e extralinguísticos, as modulações nos discursos que versam sobre as questões ecológicas e/ou ambientais no país nas diferentes eras políticas do início do século XXI, que neste artigo foca no governo de Michel Temer. A análise crítica do discurso desenvolvida com as manchetes que circulam na mídia estadunidense poderá contribuir para o desvelamento das disputas ideológicas e possibilitará a reflexão, inclusive da própria análise, em busca de horizontes de mudança social, que é uma perspectiva própria do dispositivo teórico-metodológico da ADC.

As representações do discurso ecológico sobre o Brasil no Governo Temer: um país em desestabilidade

O escopo desta pesquisa foca nas questões ecológicas e, por conseguinte, concernentes ao meio ambiente, Amazônia, mudança climática, preservação da natureza, entre outros assuntos correlatos. Contudo, no período compreendido entre 2016 e 2018 o Brasil também estava nas manchetes internacionais por causa de outros acontecimentos, como a crise política e econômica no país, as investigações envolvendo grandes nomes do ramo político e/ou empresarial, as manifestações que pediam a saída da presidente Dilma Rousseff do poder, entre outros eventos locais que ganharam destaques nas mídias globais. A representação do Brasil estava agora sendo a de um país em deterioração. Um país que desde a estabilização da economia, ainda nos anos 1990, nos governos de Fernando Henrique Cardoso, e sucessivamente, nos dois primeiros mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), parecia ter achado seu caminho. A crise política e econômica intensificou-se e as vozes distantes que ecoavam discursos que pediam o *impeachment* começaram a ficar mais fortes e a serem ouvidas por mais e mais pessoas. A presidente Dilma Rousseff foi destituída do cargo, temporariamente, em 12 de abril de 2016 e, definitivamente, em 31 de agosto de 2016. Seu vice-presidente, Michel Temer (MDB), assumiu o governo a partir de então.

A ascensão de Michel Temer à presidência do país colocou fim ao governo Dilma e, conseqüentemente, aos 13 anos de hegemonia do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo do Brasil. Se antes os governos Lula e Dilma tentavam conciliar interesses antagônicos em busca da governabilidade, o governo de Temer já iniciava com uma base relativamente consolidada no Congresso em torno de políticas que contribuíram para o avanço de pautas até então evitadas e/ou pouco discutidas nas gestões petistas. Entretanto, apesar do apoio político e institucional, Temer esteve à sombra da legitimidade, pois o *impeachment* de Dilma é questionado por boa parte de seus eleitores até os dias atuais. O uso do vocábulo “*impeachment*” e/ou “golpe”, que é um termo frequentemente usado por seus partidários, já evidenciava um posicionamento ideológico, sem muito espaço para gradações e nuances. Contudo, se, apesar das controvérsias, o *impeachment* atendeu, de acordo com o Poder Judiciário, aos requisitos legais, politicamente foi um acontecimento traumático. Portanto, a busca da estabilidade, que tanto Dilma quanto Temer almejavam, definitivamente não estava no horizonte.

Apresentando-se como um governo de “salvação nacional”, a gestão Temer marcou uma mudança econômica, política e ideológica na administração do país. Após os anos de uma visão de “esquerda” e “centro-esquerda”, o Brasil caminhou para a “centro-direita” e “direita” e, com isso, grupos que estavam politicamente enfraquecidos e/ou menos ativos no período petista começaram a pautar suas reivindicações de forma mais ativa. O governo Temer ficou marcado por protestos de grupos populares, de “esquerda”, entre outros, por medidas consideradas draconianas, mas vendidas pelo governo como necessárias para arrumar as finanças do país. Uma dessas medidas foi o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, tendo somente as correções inflacionárias de um ano para outro, ou seja, sem nenhuma perspectiva de investimento real por 20 anos, com a possibilidade de a lei poder ser revista após 10 anos de sua implementação.

Ações da gestão Temer na área da educação também foram alvo de disputas e protestos. A mudança do Ensino Médio, por meio de uma medida provisória, gerou bastante controvérsia entre estudiosos da área, que percebiam certas inconsistências, dissimulações e inviabilidades reais para a execução das mudanças e defensores do governo que argumentavam que a educação estava em uma situação precária e alguma medida precisava ser tomada. Em seu governo, também houve a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que, embora estivesse sendo construída nas gestões anteriores, o governo Temer acelerou os procedimentos para sua aprovação. Alguns setores da sociedade defendiam a nova base, pois ela estabelecia uniformidade referencial no ensino de todo o país, enquanto outros argumentavam que o projeto foi capturado e piorado por determinados grupos e/ou entidades e interesses mercadológicos.

Diante dessas medidas, muitos setores da sociedade protestaram com manifestações solicitando o “Fora Temer”, estudantes “ocuparam” escolas para pressionar o governo a rever suas políticas na área educacional, indígenas tentaram impedir que suas terras fossem invadidas e caminhoneiros que pararam o país em uma quase desestabilização nacional, por meio de uma greve que o governo, posteriormente, suspeitou e considerou ser um *lockout*, o que comprometeu 1% do PIB e prejudicou o já baixo crescimento econômico do governo Temer. Essa greve/locaute motivada, entre outros fatores, pelo crescente valor do combustível porque, sob a gestão Temer, a Petrobrás passou a atrelar o preço dos combustíveis ao mercado internacional, uma espécie de “dolarização”. Com isso, o preço dos combustíveis tornou-se suscetível a aumentos sucessivos e frequentes, impactando diversos setores da economia. Apesar desses eventos, na maioria das vezes o governo não recuou de suas políticas.

A composição do governo Temer, apesar das críticas e protestos, facilitou a aprovação de medidas consideradas impopulares, além de impedir que o presidente fosse destituído do cargo por duas vezes, pois o governo Temer e o próprio presidente foram abalados por acusações e denúncias político-legais que contribuíram ainda mais para o “desassossego” político que o país enfrentava. Entretanto, o presidente, habilmente, conseguiu articular, além do apoio parlamentar, a ideia de que sua destituição poderia engendrar ainda mais instabilidade no país. Temer formou seu governo, entre outros grupos, “[...] com políticos conservadores conhecidos como ‘ruralistas’ - políticos ligados à produção de *commodities* agrícolas ou financiados por grupos do agronegócio no Brasil [...].

Assim, o governo e esse grupo político, articulando interesses e “necessidades” mútuas, “[...] aprovaram algumas medidas que vão contra a redução do desmatamento” (Pereira et al, 2019, p. 09).

A gestão Temer agradava aos “ruralistas” porque esse grupo considerava o presidente e, conseqüentemente, o governo como um aliado mais suscetível a atender suas demandas do que a ex-presidente e/ou os ministros da área ambiental nas gestões petistas. As políticas do governo Temer agradavam ademais ao “mercado financeiro”, que considerava o governo da ex-presidente Dilma Rousseff fiscalmente “irresponsável”. Grupos religiosos também se sentiram contemplados porque reputava que o governo do PT buscava “ideologizar” as crianças nas escolas e abordar em sala de aula pautas consideradas não apropriadas para crianças. Temer governou como presidente com índices de popularidades minguantes e, em muitos momentos, utilizava-se disso para assumir propostas que, de acordo com ele, não seriam encampadas por presidentes “populares”.

Nas relações internacionais, o governo brasileiro, sob a gestão Temer, buscou aproximar-se mais de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE – e afastar-se das relações “Sul-Sul” e de governos considerados de esquerda e/ou aliados do PT como Cuba, Venezuela e Bolívia. Já no período Temer, a chamada “onda rosa” e/ou “maré vermelha” (chegada ao poder de muitos partidos “de esquerda” na América Latina) dava sinais de desgastes e refluxos e, com isso, a região vivenciou, embora não tão forte quanto a vermelha, uma “onda azul”, pois diversos países deixaram governos de esquerda e elegeram governantes de centro-direita e de direita. Os impactos dessa onda seriam sentidos no Brasil com a eleição do sucessor de Temer, o presidente Jair Bolsonaro. O governo Temer, além dos diversos problemas mencionados, enquadrou o Brasil em uma representação preocupante a respeito de diversos aspectos porque mostravam um país que estava degradingando, especialmente nas questões ambientais.

Por exemplo, em 16 de fevereiro de 2017, após Temer estar no governo por alguns meses, a manchete, escrita por Carolina Torres no site da *Fox News*, reporta que “O desmatamento no Brasil cresceu 30% em 12 meses, diz agência”:

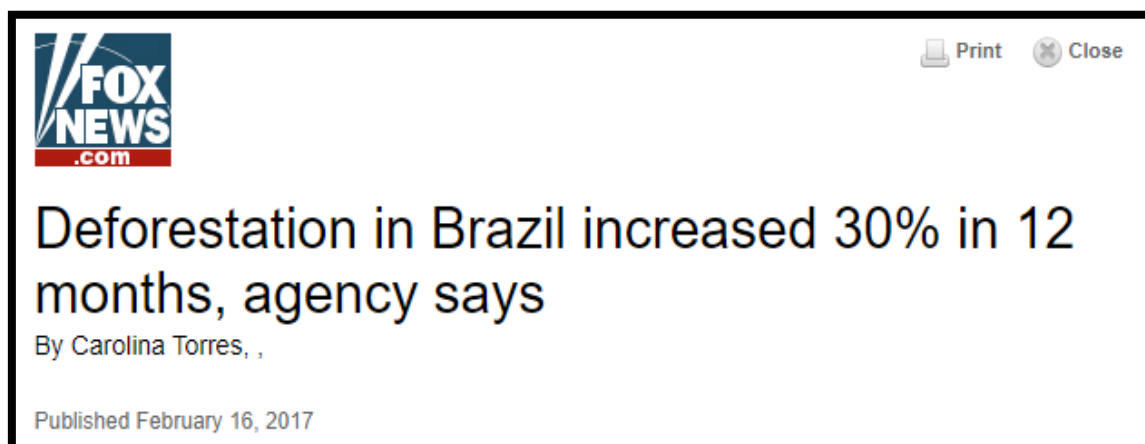


Figura 1 – “Deforestation In Brazil Increased 30 % In 12 Months, Agency Says”

Fonte: Torres (2017)

Em razão do deslocamento do sujeito real para o fim da frase, o sujeito aparente do enunciado, sintaticamente, é “deforestation”, ou seja, desmatamento. Contudo, esse sujeito aparente deriva de um verbo, “deforest”, nominalizado na frase. A nominalização é a transformação de uma palavra de outra classe, nesse caso o verbo “deforest”, em um substantivo, “deforestation”. As nominalizações também possuem um efeito, conscientemente ou não, ideológico de dissimulação dos atores sociais de determinada ação. Na manchete acima, por exemplo, não há os indícios de quem está realizando o “deforestation” no país, no caso, o Brasil. A notícia provavelmente deve informar isso. Contudo, só a manchete não explicita os atores dessa ação. Essa nominalização pode ser proveniente também de uma intertextualidade proveniente de um relatório governamental ou não, revelando os dados do “deforestation” no país, como indicado pelo grupo de palavras “agency says”, que é, na realidade o sujeito da frase, em posição de deslocamento.

O verbo “increased”, intransitivo, ressalta um crescimento constante e cumulativo do “deforestation” no “Brazil”. Os números indicados na manchete também contribuem para a construção discursiva da representação do país, uma representação discursivamente negativa devido às práticas sociais de *atores sociais* que não são nomeados, mas que engendram práticas que levam aos dados apresentados na manchete. O crescimento de 30% em 12 meses, “months”, do desmatamento é um número alto em pouco tempo, tanto que foi digno de uma manchete. A credibilidade dos dados é indicada também pelas palavras “agency says” porque, por exemplo, se fossem “activists say” poderiam ser tomadas como uma afirmação exacerbada devido à percepção de que ativistas, geralmente em nome da causa, realizam leituras exacerbadas de números e utilizam-se de hipérboles para que suas mensagens sejam mais impactantes. Não se sabe de que agência, “agency”, se trata, mas tal palavra passa maior credibilidade na construção discursiva da notícia.

Essa manchete utilizou-se de intertextualidade manifesta ao reportar os dados de um outro texto, provavelmente, o relatório dessa agência, “agency”, onde esses números estão descritos e as prováveis causas são analisadas. Para Fairclough (2016, p. 146), “a representação do discurso é uma forma de intertextualidade na qual partes de outros textos são incorporadas a um texto e explicitamente marcadas como tal, com recursos, como aspas e orações relatadas [...]”. O conjunto de palavras “agency says” é um exemplo e indicativo dessa representação do discurso na manchete acima porque representa o “[...] que as pessoas disseram e merece ser notícia” (Id. Ibidem). Nesse caso, não é o que uma pessoa disse, mas o que uma agência, que provavelmente possui uma quantidade razoável de pessoas, disse. Essa representação torna esse “agency says” um indicativo de impessoalidade na apresentação dos dados, pois mesmo sendo obra de indivíduos, há um respaldo institucional porque a “agency” revela uma certa credibilidade para os dados. Entretanto, não é possível afirmar quão credível são os dados só pela manchete porque não está o nome dessa agência de forma explícita e, portanto, não se sabe de qual “agency” se trata, nem a confiabilidade do que diz, “says”.

Embora os *atores sociais* que causam esse “deforestation” no país “Brazil” não estejam evidenciados, fica implícito, dentro de uma contextualização prévia,

principalmente para os leitores assíduos dessas notícias, quem está por trás dessas ações ou quem, direta e/ou indiretamente, contribuiu para facilitar as *práticas sociais* que levaram ao “deforestation” e à construção de uma representação desfavorável ao país e às suas políticas ambientais. O ator social “Brazil”, explicitamente citado na manchete, que é o lugar onde ocorre a *ação* nominalizada, está sendo gerido pelo presidente Temer e, portanto, recai sobre ele também, implicitamente, de forma sintática, mas diretamente de forma discursiva e/ou político-ideológica, as responsabilidades pelo crescimento do desmatamento no país. Todavia, Temer não tinha total responsabilidade, pois era presidente por menos de 12 meses. Contudo, a manchete preferiu não utilizar expressões como “Brazil’s Temer” ou “Brazil under Temer” nem apostos explicativos para revelar, já na manchete, sintática e semanticamente, quais são os motivos que levaram a esse aumento de 30% em apenas 12 meses.

Essas mudanças nas representações discursivas do país, conseqüentemente, engendraram práticas sociais de outros atores sociais como aparecem, por exemplo, na manchete do dia 23 de junho de 2017, escrita por Ryan Kilpatrick, na revista *Time*, uma publicação estadunidense mundialmente conhecida, principalmente pelas listas de pessoas mais influentes do mundo, reporta que a “Noruega ameaça cortar os fundos de contribuição ao Brasil, a menos que o desmatamento seja reduzido”:



Figura 2 – “Norway Has Threatened To Cut Funds To Brazil Unless Deforestation Slows”
Fonte: Kilpatrick (2017)

Essa manchete tem como atores sociais dois países, “Norway” e “Brazil”. O sujeito Noruega, “Norway”, realiza uma ação em relação a um outro país, no caso, o Brasil. A manchete utiliza-se do tempo verbal *Present Perfect* e indica uma ação que se iniciou no passado, mas continua e/ou seus efeitos permanecem e/ou afetam o presente. Nessa frase, a Noruega “has threatened”, ou seja, “ameaçou” o país em questão, “Brazil”. Essa “ameaça” deu-se devido ao “deforestation” que aconteceu no período mencionado na manchete anterior e, conseqüentemente, engendrou essa “ameaça”, que funciona também como um alerta ao país, permanecendo até que essa questão seja minimamente administrada. O alerta da Noruega envolve fundos, “funds”, que se supõem à disposição do Brasil. Essa é uma suposição que está implícita na manchete porque ninguém nem nenhum país irá ameaçar cortar fundos “to cut funds” de ninguém, de nenhum país se esses fundos não estivessem disponibilizados.

O ator social afetado é o Brasil, que pode perder esses fundos noruegueses a menos, “unless”, que algumas condições sejam atendidas. A construção sintática dessa frase estabelece uma relação de subordinação, pois possui uma oração principal e outra secundária, uma vez que uma condiciona a outra. No caso, a Noruega ameaça cortar fundos, mas estabelece condições para que essa *ação discursiva* do sujeito, no caso, a “ameaça”, não se concretize nas *práticas sociais* entre os dois países e, conseqüentemente, a Noruega corte esses fundos concedidos ao Brasil. As condições estão na oração subordinada “unless deforestation slows”, ou seja, sem uma diminuição, uma desaceleração, “slow”, do desmatamento é provável que esses fundos sejam cortados. Essa condição está implicitamente colocando em foco as práticas sociais do país, que levaram a esse aumento do desmatamento como reportado na manchete apresentada na Figura 1, acima.

Ao ler essa segunda manchete, Noruega “has threatened” o “Brazil” em relação aos fundos que disponibiliza e os condiciona à mudança nas políticas internas no país, muitos setores sociais podem considerar uma interferência indevida nos assuntos internos do Brasil. Entretanto, se o país, por exemplo, se predispôs a utilizar e a aproveitar esses fundos, em suas políticas internas, torna-se condicionado às exigências externas. Isso devido principalmente ao destaque que o país assume nas questões ambientais. Então, quaisquer mudanças bruscas nas estatísticas, certamente, chamarão a atenção internacional. O Brasil tem a autonomia para rejeitar as condições estabelecidas na oração subordinada, mas está sujeito ao corte dos fundos noruegueses. Ou seja, a ação do ator social “Brazil” está entre reduzir o desmatamento e, conseqüentemente, manter os fundos e/ou desconsiderar as condições estabelecidas e renunciar ao dinheiro norueguês.

Só a manchete não deixa claro do que se trata esses fundos, “funds”, que “Norway” ameaça cortar. Entretanto, a manchete faz uma suposição de que já se é conhecido do que se tratam esses fundos. Tais fundos dizem respeito às contribuições da Noruega ao Fundo Amazônia, “Amazon Fund”, mas essa informação só fica evidente na leitura da notícia. É plenamente compreensível o porquê de as manchetes serem sucintas, mas as escolhas lexicais e as construções sintáticas podem ser mais ou menos explicativas das próprias informações que veiculam em poucas palavras, para sintetizar o conteúdo do corpo da notícia. Essa manchete evidencia manifestadamente, por exemplo, o aumento do desmatamento do Brasil e a existência de fundos que a Noruega ameaça cortar, caso não haja uma redução que, necessariamente, passa por mudanças discursivas e sociais do governo do Brasil, pois a representação do país, em outros aspectos, influencia na representação ambiental e, conseqüentemente, há uma desconfiança, no momento em questão, dos compromissos do país em realmente conter o desmatamento. Por isso, talvez, o alerta em tom de ameaça de uma outra nação.

Manchetes que deixam o Brasil em uma situação delicada perante a chamada “comunidade internacional” não contribuem para uma melhora da representação do país. Esses atores, agentes externos dessa comunidade, preocupam-se com as questões ambientais no Brasil, de forma legítima ou não, com interesses escusos ou não. Contudo, convém informar que, apesar de importante e relevante, a ideia de “comunidade internacional” pode ser bastante problemática se considerada um

eufemismo para as vozes dos países ricos e ocidentais (ou ocidentalizados), pois, muitas vezes, vozes dissonantes (mesmo ocidentais, como dos ativistas ambientais, por exemplo) são ignoradas em nome de uma suposta unidade de pensamento e discursos de valoração na “comunidade internacional”. Essa perspectiva de “comunidade internacional” também é fruto dos monopólios midiáticos ocidentais que conseguem difundir e impor sua representação para os quatro cantos do globo, suprimindo e/ou deslegitimando outros discursos de valoração. A agência de notícias *Associated Press*, no dia 14 de julho de 2017, reporta que o “Ministro do Meio Ambiente do Brasil propõe redução da Reserva Amazônica”:



Figura 3 – “Brazil’s Environment Min Proposes Shrinking Amazon Reserve”

Fonte: *Associated Press (2017, b)*

A frase que constrói essa manchete é sintaticamente simples. Contudo, é semântica e discursivamente reveladora das práticas sociais encampadas pela então atual gestão do Brasil. Um “Ministry/Minister” (Min), Ministério/Ministro, é um órgão/cargo importante da estrutura de governo no país, ajudando, seguindo orientações gerais da presidência, na administração de partes específicas das diversas áreas que, interligadas, fazem o país funcionar. Sendo assim, uma diretriz ministerial, geralmente por meio de regulações, leis e decretos, são gêneros textuais que engendram tanto efeitos em outras cadeias discursivas quanto nas práticas reais das instituições e de seus servidores, além dos cidadãos que a elas são submetidas. Portanto, a manchete, ao reportar “Brazil’s Environment Ministry/Minister”, está diretamente dando a importância e credibilidade que esse sujeito sintático impõe semântica e discursivamente.

Esse sujeito propõe, “proposes”, então é uma ação que está sendo sugerida por meio de um verbo transitivo que, ao necessitar de um complemento, já revela sobre o que se propõe. Outros vocábulos como “Amazon reserve” também são recorrentes nas manchetes. Porém, enquanto algumas manchetes vistas anteriormente evidenciavam e/ou indicavam a proteção e/ou criação de novas reservas “reserves”, essa manchete está apresentando outra situação. O Ministério do Meio Ambiente do Brasil está propondo um encolhimento “shrinking” das “Amazon reserves”. Ou seja, não é a proteção nem a criação, mas a proposição da diminuição das proteções já estabelecidas anteriormente. Especialmente porque a sugestão é proposta pelo “Brazil’s Environment Ministry”, isto é, um ministério em que há uma pressuposição discursiva de que não irá solicitar, por exemplo, uma redução nas reservas da Amazônia já protegidas, apesar de as áreas “protegidas” serem, muitas vezes, expostas a riscos por ausência de ação governamental para ativar os mecanismos que engendram essa proteção.

Contudo, essa manchete evidencia uma mudança na gestão do país, pois o governo do Brasil não está, aparentemente, equilibrando-se entre diversos

interesses antagônicos, mas apoiando as reivindicações de determinados setores da sociedade enquanto negligencia outros. A utilização dessa construção “proposes shrinking”, no caso, o verbo “propose” mais o gerúndio “shrinking”, desvela a ideia de uma sugestão do ministério, pois o uso do verbo “propose” com o infinitivo “to shrink” indicaria uma intenção ou oferta. Embora seja uma “intenção”, aparentemente, pelo que reporta a manchete, do “Brazil’s Environment Ministry/Minister”, a construção sintática passa a noção de sugestão do ministério/ministro. O corpo da notícia informa sobre uma lei apresentada ao Congresso Brasileiro com essa sugestão, mas a sua aprovação e, conseqüentemente, no que se transformará a lei e, por conseguinte, seu destino após aprovação está condicionada a apreciação pelos parlamentares da sugestão realizada pelo “Brazil’s Environment Ministry/Minister”.

Contribuindo com essa representação desfavorável ao país, o jornal *The New York Times*, em manchete de uma notícia escrita por Ernesto Londoño e Shannon Sims (FIGURA 4), em 30 de agosto de 2017, reporta que “Juiz brasileiro frustra plano para permitir mineração na região amazônica”:



Figura 4 – “Brazilian Judge Stymies Plan To Allow Mining In Amazon Region”
Fonte: Londoño; Sims (2017)

Na manchete, o sujeito “Brazilian Judge” age em relação à “Amazon Region”. O Poder Judiciário no Brasil, pelo menos na letra da lei, é um poder reativo, ou seja, só age quando provocado. Portanto, para esse sujeito “Brazilian Judge”, juiz brasileiro, agir, deve ter sido provocado por algum grupo, entidade e/ou instituição. Essa ação do “Brazilian Judge” representa o Poder Judiciário do país atuando para entrar planos “stymies plans” envolvendo a “Amazon region”. Há a existência de atores *sociais* não explicitamente evidenciados na manchete porque esses atores provocaram a manifestação da justiça. Não fica claro se essa ação da justiça, realizada pelo sujeito “Brazilian judge”, agradou ou não os proponentes. Embora, dentro de uma perspectiva de proteção ao meio ambiente e à “Amazon region”, essa decisão contribuiu na luta dos que estão buscando estabelecer entraves na exploração da “Amazon region”.

Esses entraves referem-se, de acordo com a própria manchete, a permitir a mineração “to allow mining” na “Amazon region”. Diante das representações do governo em manchetes anteriores, há um acúmulo de construção discursiva

negativa para os que estão acompanhando as notícias do país, especialmente nas questões ecológicas e/ou ambientais. Por conseguinte, essa manchete com a construção “stymies plan to allow mining” pode ter um valor experiencial de alívio para os lutadores sociais que tentam impedir as medidas do governo que são favoráveis a essas políticas, especialmente devido aos apoios que o sustentam. Evidencia também que há espaço para a contestação dentro do próprio aparato jurídico-legal do país porque permite, por meios legais, contestar políticas governamentais emanadas do Poder Executivo e, de certa forma, pode ser considerado uma representação favorável, pois revelam a permeabilidade das instituições constituídas e instituídas de poder legal em relação às demandas de setores sociais, principalmente os menos favorecidos.

Entretanto, pressupõe-se que entrar “stymies” não significa uma decisão consolidada e, portanto, é uma decisão passível de ser questionada por outros grupos sociais e/ou institucionais. Contudo, apesar desse entrave, representa o país, pelo menos, em seu Poder Judiciário (ou parte dele) na defesa da “Amazon region” enquanto os outros poderes, Legislativo e Executivo, estão a favor da mineração na “Amazon region”, principalmente se as práticas sociais desses atores institucionais no país forem analisadas dentro dos contextos sociopolíticos do Brasil sob a gestão do presidente Temer porque há uma suposição discursiva implícita de cumplicidade institucional. Embora essas pressuposições possam ser feitas, os reveses críticos e a pressão popular, principalmente em governos onde há instituições minimamente permeáveis, produzem efeitos. É o que está evidenciado na manchete (FIGURA 5), da *Associated Press*, divulgada na *Fox News*, em 25 de setembro de 2017, quando reporta que o “Brasil revisa decreto que permite mineração na Amazônia após críticas”:

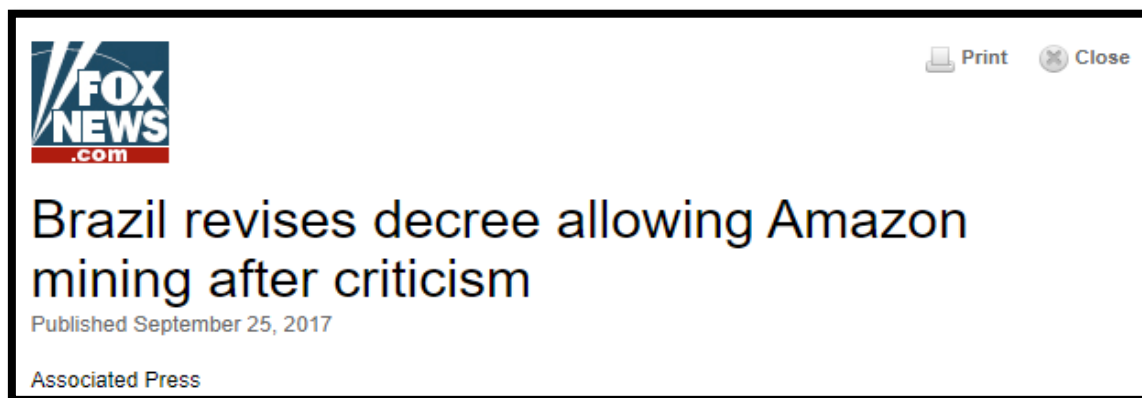


Figura 5 – “Brazil Revises Decree Allowing Amazon Mining After Criticism”
Fonte: *Associated Press* (2017, a)

Essa manchete apresenta o “Brazil” como sujeito e ator social principal que está executando uma ação em relação à “Amazon”, que, como mencionado, já assume até a estatura de *um ator social* devido aos diferentes grupos sociais que encampam diferentes defesas em torno da “Amazon”, principalmente os habitantes dessa região porque são implicitamente englobados nesse termo, visto que, muitas vezes, têm suas vozes reproduzidas, mas não ouvidas. O verbo utilizado revisar, “revises”, é um verbo transitivo, necessitando de um complemento que, no caso, é

um decreto “decree”. Uma revisão pressupõe uma visão prévia a respeito de uma situação determinada e, no caso, do sujeito “Brazil”, o país representado e sob o governo do presidente Temer, revisa decreto editado anteriormente.

O sujeito “Brazil” age em relação à “Amazon” com uma revisão de um decreto que envolve essa região do país. O verbo “allow” significa permitir e, portanto, o “Brazil” revisa decreto permitindo “allowing” mineração “mining” na “Amazon”. Contudo, implicitamente, há uma suposição na manchete que é sinalizada pela preposição “after” que condiciona a ação do sujeito “Brazil” às críticas, “criticism”, e, portanto, estabelecendo uma relação de subordinação porque, supostamente, não aconteceria a ação do sujeito sem as pressões e críticas sociais feitas. Essa construção discursiva que representa o recuo do governo indica, além de uma pressão suficientemente forte de diferentes setores da sociedade para evitar os efeitos mais danosos desse decreto, também um governo permeável a essas demandas.

Entretanto, faz-se o questionamento se essa permeabilidade também está condicionada aos estudos sobre os danos de imagem interna e externa que essa ação provocaria no governo e na imagem do país ou aos estudos sobre os danos ecológicos que seriam ocasionados por esse dispositivo legal. Da mesma forma que o gênero textual “decreto” poderia engendrar práticas sociais que seriam danosas ao meio ambiente, uma revisão desse decreto, portanto, novamente o mesmo gênero textual, pode não engendrar as práticas sociais esperadas. Por isso, são necessários os mecanismos institucionais para fazê-lo ser efetivado.

Outras (temerosas) representações do discurso ecológico sobre o Brasil na mídia estadunidense: o fim do governo Temer e a atenção midiática a Jair Bolsonaro

O governo Temer e suas ações representaram um país diferente do que vinha sendo representado na mídia internacional, pois o país estava encampando políticas que não podiam ser consideradas amigáveis das questões ecológicas. Essa mudança se delineava com contornos mais explícitos. A manchete de uma peça de opinião (FIGURA 6), que não necessariamente representa a opinião do jornal, no *The New York Times*, no dia 26 de setembro de 2018, escrita por Philip Fearnside e Richard Schiffman, apresenta “A Amazônia à beira do abismo”:



Figura 6 – “The Amazon On The Brink”

Essa manchete, proveniente de uma peça de opinião escrita por estudiosos da temática, está construída sintaticamente sem um verbo. O sujeito “The Amazon” está “on the brink”, ou seja, em uma situação à beira de um descalabro. O sujeito “The Amazon” enquanto um ser vivo que, aparentemente, se autorregula e, conseqüentemente, ajuda a regular a temperatura mundial está sendo degradado por políticas que acarretam falhas no funcionamento desse mecanismo. Essas políticas, portanto, apontam que a situação na Amazônia está à beira do desastre. O foco exclusivo nas manchetes não levará à análise do subtítulo do texto opinativo dos atores, mas há a evidência do contraste do Brasil que aprovava políticas adequadas, embora nem sempre implementadas, para lidar com essas questões ecológicas e/ou ambientais, e o Brasil que implementa políticas que visam a exploração da região de forma, muitas vezes, predatória.

É interessante observar a data de escrita dessa opinião, pois o Brasil estava em período eleitoral com um candidato que frequentava as manchetes internacionais por declarações consideradas polêmicas em diversas searas, inclusive nas questões ecológicas e ambientais. O candidato foi se consolidando, principalmente após a controversa prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, até então líder nas pesquisas, que indicou um candidato para concorrer em seu lugar, Fernando Haddad, mas que acabou derrotado no segundo turno. A chamada “onda azul”, isto é, a eleição na América Latina de candidatos de espectros ideológicos mais à direita ou à extrema direita, chegava ao país, elegendo Jair Bolsonaro como presidente. Bolsonaro na campanha proferia discursos que engendraram práticas sociais que romperiam com muitas das tradições do *establishment* político e, conseqüentemente, promoveriam uma transformação disruptiva na representação do país.

Embora líderes de direita, em estilo parecido com Jair Bolsonaro, estivessem (e estão!) sendo eleitos em diversas partes do globo nos últimos anos, sua vitória para a presidência do Brasil ocorreu em uma conjuntura bastante atípica no país. Com a eleição de 2014, vencida de forma bastante apertada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a operação “Lava Jato”, o *impeachment* em 2016, a impopularidade do governo Temer, a prisão de políticos e/ou empresários de peso, entre eles, o ex-presidente Lula, o descrédito do sistema político nacional e uma conjuntura internacional favorável a candidatos considerados “antissistemas”, Bolsonaro conseguiu surfar na onda de um candidato contra tudo e contra todos. Político do chamado baixo clero², o então candidato foi deputado por 7 mandatos e sempre esteve afeito aos impropérios retóricos e à defesa dos interesses militares. Contudo, a partir de 2010, redireciona sua retórica na defesa de outros interesses que, posteriormente, lhe renderiam muito mais dividendos eleitorais. Muitos analistas argumentam que, na verdade, a campanha de Bolsonaro durou 8 anos, pois estava sendo gestada há muito tempo, mesmo que, muitas vezes, de forma amadora e improvisada.

² “‘Baixo clero’ é a expressão criada no tempo do deputado Ulysses Guimarães, um dos líderes do processo de redemocratização do país, para definir o poder dos deputados de pouca expressão movidos principalmente por interesses paroquiais ou pessoais” (Costa, 2009).

A partir de 2010, Jair Messias Bolsonaro ampliou suas pautas para as questões concernentes à segurança pública e comportamental, principalmente em relação às “minorias”, em especial referência ao grupo LGBTQIA+. O governo brasileiro, desde a presidência de Fernando Henrique Cardoso (FHC), embora de forma tímida, começou a encampar pautas que buscavam um reconhecimento de grupos marginalizados por sua condição sexual, principalmente durante os governos do PT, em especial no fim do governo Lula e início do governo Dilma (2010/2011). A polêmica entrou em pauta quando um projeto denominado “Escola Sem Homofobia” foi produzido pelo Ministério da Educação, à época comandado por Fernando Haddad, e apoiado, inicialmente, pelo Governo Federal. Bolsonaro utilizou-se disso como uma plataforma política ao criticar dura e reiteradamente o projeto e divulgar que estaria em gestação uma “doutrinação” ideológica de cunho homossexual nas escolas. Esse combate a suposta doutrinação ampliou-se, posteriormente, para a “doutrinação esquerdista e/ou comunista”. Aliado a isso, sua aparente defesa de uma linha dura, embora de forma controversa, contra a criminalidade, encontrou eco em uma sociedade saturada pela violência, descrédito aos partidos e instituições políticas, crise econômica, política, moral e social.

Após ampliar suas pautas, conseqüentemente, ampliou seu público e passou a ser um deputado conhecido nacionalmente (e internacionalmente) para o deleite de uns e o pavor de outros. O então deputado criou em torno de si uma áurea “mítica”, participando de programas populares, sempre com declarações polêmicas, e, com isso, conquistou apoio popular e era recebido de forma calorosa, espontaneamente ou não, em diversos lugares do país. Essas andanças pelo país intensificaram-se ao ser eleito o deputado mais votado do Rio de Janeiro, seu reduto eleitoral, em 2014, com mais de 460 mil votos. Embora a mídia nacional não acreditasse muito na sua viabilidade, a mídia internacional já chamava atenção ao fato de o deputado ter apelo popular, com declarações consideradas extremamente polêmicas, especialmente para o mundo liberal, sendo colocado como possível próximo presidente do país. A conjuntura mostrava-se propícia para Bolsonaro que, em um mar de descrédito com a política tradicional, embora fosse um político de carreira, conseguisse se vender como um *outsider*.

Diante da crise política que se intensificou com o impeachment da presidente Dilma e as operações espetaculosas da “Lava Jato”, Bolsonaro estava se cacifando e no dia da votação do impedimento da presidente petista homenageou um torturador reconhecido pela justiça. O torturador da então presidente, quando militante político, nos anos duros da ditadura militar no Brasil (décadas de 1960/1970). Defensor do regime militar e de suas ações, Bolsonaro impunha uma retórica reciclando “anticomunismo” e, por conseguinte, “antiesquerdismo”, “cristianismo”, principalmente o “pentecostal”, que está em crescimento no país, “moralismo” e defesa da linha dura contra a criminalidade.

Embora suas políticas fossem consideradas extremamente radicais para o *establishment* político, os políticos ainda consideravam sua vitória uma miragem porque pensavam que a direita tradicional, com discurso mais modulado, iria ressurgir após o ocaso do petismo. Entretanto, essa perspectiva não se concretizou, pois a “direita tradicional” também foi tragada pela crise. A impopularidade do governo Temer e a desilusão com a política corrente consolidaram no país uma

conjuntura de despolitização (principalmente, pós-política e ultrapolítica), favorecendo Bolsonaro e suas políticas percebidas como antissistemas.

Crescendo nas pesquisas, chegou ao segundo lugar e assumiu a liderança com a prisão do ex-presidente Lula. Esse período eleitoral, como o de 2014, mostrou-se imprevisível porque, além de um ex-presidente preso e liderando as pesquisas, o então candidato Jair Bolsonaro sofreu um atentado (uma facada), alimentando ainda mais a áurea “mítica” do candidato que tinha sido “martirizado” em sua tentativa de “salvar” o Brasil. Contudo, ao contrário do que se esperava em um ambiente político tão crispado, não moderou seu discurso, à medida que sua candidatura se mostrava com perspectiva real de vitória, porém buscou acalmar o “mercado financeiro” com a “escolha” de Paulo Guedes, antes mesmo de ser eleito, como seu “Posto Ipiranga” para o Ministério da Economia. Com isso, conquistou apoio de setores resistentes a sua campanha, mas que temiam um retorno do PT ao governo.

Quase eleito em primeiro turno, ganhou as eleições no segundo turno com uma diferença considerável de votos e o seu adversário, o ex-ministro da educação do governo Lula, Fernando Haddad, perdeu a eleição, mas manteve a hegemonia petista no campo da esquerda. Provavelmente, uma estratégia do ex-presidente Lula, preso e impedido de concorrer, para continuar liderando o campo no país e, conseqüentemente, a oposição. A escolha de Haddad, até então relativamente desconhecido no país fora de São Paulo, onde fora prefeito, também contribuiu para o discurso moralista do candidato Bolsonaro, pois Haddad era o Ministro da Educação na época do famigerado *kit gay*, termo utilizado por opositores, especialmente por Bolsonaro, ao projeto “Escola Sem Homofobia”.

Após ser eleito, Bolsonaro escolheu o então juiz Sérgio Moro para Ministro da Justiça, sendo o mesmo juiz que levou seu principal adversário para a cadeia. Seu governo foi composto por três grandes grupos: os militares (seu vice era general da reserva), os liberais (ministro da economia, Paulo Guedes, garantindo o apoio do “mercado” que defende a agenda econômica liberal) e os ideológicos (Educação e Relações Exteriores, por exemplo, áreas consideradas “ideologizadas” pelo PT). Embora essa divisão seja tênue e muitos considerem que nem existia essa divisão, Bolsonaro, mesmo após eleito e empossado, manteve sua retórica de campanha e governou de forma conflitiva com grupos, movimentos e instituições. O país revisou políticas até então consideradas consensuais, principalmente nas relações exteriores e continuou com uma defesa do desenvolvimento da Amazônia de forma explicitamente predatória, comprometendo inclusive a relação do país com outros países que consideravam as ações do governo incentivadoras do desmatamento.

Suas ligações com o grupo dos “ruralistas” eram ainda mais fortes do que no governo do Temer e, portanto, sua vitória foi logo apontada como um problema a mais para a Amazônia, que já estava em situação preocupante no governo anterior, e, por conseguinte, para a causa ecológica em geral. Em manchete do *The New York Times*, escrita por Somini Sengupta, em 17 de outubro de 2018, portanto, antes do segundo turno das eleições à presidência da república, e com a iminência de sua vitória, o jornal reporta “O que a vitória de Jair Bolsonaro poderia significar para a Amazônia e para o planeta”:



Figura 7 – “What Jair Bolsonaro’s Victory Could Mean For The Amazon, And The Planet”
Fonte: *Sengupta* (2018)

A manchete coloca três atores sociais relacionados. O então candidato, que poderia ser e se tornou presidente, “Jair Bolsonaro”, “the Amazon” e “the Planet”. A manchete estabelece uma relação sintática e semântica entre o sujeito “Jair Bolsonaro’s victory” e a ação que realizará. Entretanto, essa ação é modalizada pelo verbo “could”, pois o verbo modal “could” é um indicativo de menos força e incerteza em relação à ação do sujeito, portanto, modula o verbo principal “mean”. A ação desempenhada pela vitória de Jair Bolsonaro, “Jair Bolsonaro’s victory”, é colocada de forma a não ser definitiva porque, primeiro, o então presidente ainda era candidato e, segundo, nem sempre as promessas de campanha são cumpridas no mandato. Devido a isso, a autora da manchete busca modular os efeitos dessa ação, que ainda, nessa data, era provável, portanto, não era possível ter uma certeza.

O verbo “mean”, transitivo, estabelece o significado modalizado do que se pretende informar com “Jair Bolsonaro’s victory”. O vocábulo “what”, uma palavra interrogativa, indica uma pergunta, na manchete, que a notícia pretende responder. Manchetes incitando questionamentos ou com perguntas pressupõem um interesse público ou de certos públicos em determinados questionamentos e que jornalistas consideram suficientemente relevantes para serem respondidos com notícias e/ou reportagens. A modalização na manchete já indica que não será uma resposta definitiva, com variáveis a serem consideradas. As ilações pressupostas na manchete se explicam devido ao interesse nas ideias do provável próximo presidente do Brasil, concernentes a um tema que atrai atenção do público internacional em relação ao país. Especialmente diante das declarações passadas e então presentes do candidato, a manchete almeja responder o quê, “what”, a vitória de Jair Bolsonaro poderia significar, “could mean”, especificamente em relação à Amazônia, “the Amazon”, e ao planeta, “the Planet”.

O conectivo “and” relacionando “Amazon” e “Planet” indica uma ligação aditiva entre o que ocorre com a Amazônia e com o Planeta como um todo e, com isso, há uma percepção de que o que ocorre na “Amazon” adiciona de forma relevante para os destinos socioecológicos do planeta. Portanto, o que acontece no país que detém a maior parte da Amazônia é motivo de atenção para todos os envolvidos nessas discussões. Contudo, já após sua eleição, uma outra notícia ganhou as manchetes internacionais. O *The New York Times*, em matéria escrita por

Ernesto Londoño e Lisa Friedman, no dia 28 de novembro de 2018, reporta que o “Brasil desiste de sediar reunião sobre mudanças climáticas em 2019”:

21



Figura 8 – “Brazil Backs Out Of Hosting 2019 Climate Change Meeting”
Fonte: Londoño; Friedman (2018)

Nessa manchete, o sujeito “Brazil” realiza uma ação em relação à “Climate Change Meeting”. O verbo “backs out” indica a retirada do envolvimento em um compromisso previamente estabelecido, ou seja, o sujeito “Brazil” está se retirando de um compromisso prévio com “Climate Change Meeting”. Essa ação do sujeito, no caso, o país, já indica que o futuro “Brazil”, gerido por Bolsonaro, não está interessado em participar de encontros a respeito da mudança climática, evidenciando um distanciamento histórico da tradição do país de envolvimento em discussões globais em busca de um papel ativo de liderança, principalmente na área ambiental. A manchete também informa que o país seria “hosting” do evento, portanto, seria anfitrião do evento. Vale lembrar que o país abrigou, tanto pela dimensão de sua importância nessas discussões quanto pelo seu interesse, eventos importantes nas discussões climáticas globais como a Rio 92 e a Rio +20. Entretanto, esse interesse parece não estar mais presente, nessa conjuntura.

A manchete não traz explicações sobre o que levou o país a tomar essa decisão. Porém, esse sentido pode ser inferido porque está implícito, especialmente para quem acompanha as notícias sobre o país, reveladoras da nova conjuntura política que se estabeleceu pós-eleições. Portanto, o discurso “oficial” dessa conjuntura política poderia estar começando a engendrar práticas sociais. A representação do sujeito “Brazil” tomando essa atitude, provavelmente, não é positiva, principalmente para ativistas e defensores do meio ambiente, pois o desinteresse por ser anfitrião de um evento dessa natureza deixa uma suposição de que o país, nesse período, também não está interessado nessas discussões. Essa suposição torna-se ainda mais notória ao levarmos em conta o passado de abertura aos eventos de porte que o país sediou, sejam esses eventos ecológicos e/ou não. A relação entre os vocábulos “Brazil” e “Climate Change” é discursivamente relevante porque, ao colocar esses dois termos, é uma opção para relacionar e chamar atenção para a decisão do país e os impactos nas práticas sociais do mesmo. A manchete poderia ser “Brazil Backs Out of Hosting United Nations Event”, porém não teria o mesmo impacto discursivo nem seria revelador de possíveis práticas sociais danosas ao meio ambiente que o país poderia estar planejando engendrar.

Considerações finais

Neste artigo, analisamos o discurso ecológico e suas representações. Pensamos o discurso ecológico como um discurso “técnico-científico” e/ou “científico-popular”, que está relacionado intertextualmente a outros discursos, de forma manifesta e constitutiva, e, por isso, o discurso ecológico engendra diversas representações. Pelo discurso ecológico perpassam interesses políticos, econômicos e/ou mercadológicos entre outros. Há diversos movimentos que encampam esse discurso, porém também há os movimentos que, embora não se nomeando como ecológicos, estão engendrando práticas sociais protetivas ao meio ambiente, mesmo que enfocando, predominantemente, questões de subsistência e defesa dos seus respectivos modos de vida.

Após chegar ao governo por meio de um controverso processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff, Temer e seu governo, explicitamente mais aliado aos interesses do “mercado” e do agronegócio, em suas práticas discursivas e sociais, não contribuíram para reverter o declínio paulatino nas representações maléficas em relação ao Brasil nas manchetes internacionais, principalmente na questão ecológica e/ou ambiental. Seu governo tinha uma prática discursiva que engendrava práticas sociais danosas porque deixavam margens para uma exploração predatória da natureza e, com isso, as manchetes retratavam a respeito de leis e decretos que poderiam levar a uma intensa degradação ambiental no país.

Apesar de práticas sociais que engendravam práticas discursivas negativas na mídia estadunidense, seu governo, pressionado por protestos, mesmo com tentativas de mudanças, manteve, em linhas gerais, as legislações que versavam sobre essas questões, pois a repercussão negativa na mídia, nacional e internacional, juntamente com a pressão social, fizeram-no recuar. Entretanto, a imagem do país já estava arranhada, pois as práticas discursivas e sociais do Brasil sob Temer não contribuíram para uma melhora e, portanto, os acúmulos discursivos negativos das representações do país na seara ambiental e/ou ecológica se avolumavam. Associado a esse acúmulo discursivo negativo, a viabilidade eleitoral do então candidato Jair Bolsonaro e sua retórica considerada antiecológica por grande parte dos veículos de mídia internacional, especialmente estadunidense, também colaboraram para a manutenção dessas representações, em especial após a vitória de Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018.

Referências

ASSOCIATED PRESS. Brazil revises decree allowing Amazon mining after criticism, *Fox News*, 2017 (a). Disponível em: <https://www.foxnews.com/world/brazil-revises-decree-allowing-amazon-mining-after-criticism>. Acesso em: 30 mai. 2022.

ASSOCIATED PRESS. Brazil's Environment Ministry proposes shrinking Amazon reserve, *Fox News*, 2017 (b). Disponível em <https://www.foxnews.com/world/brazils-environment-ministry-proposes-shrinking-amazon-reserve>. Acesso em: 30 mai. 2022.

BOLSONARO (PP) é o deputado federal com maior número de votos no RJ. *UOL*, 2014. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2014/noticias/2014/10/05/bolsonaro-rj-e-eleito-deputado-federal-no-rj-com-o-maior-numero-de-votos.htm>. Acesso em: 02 jun. 2022.

CHOULIARAKI, L; FAIRCLOUGH, F. *Discourse in Late Modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COSTA, L. M. O poder do 'baixo clero'. Observatório da Imprensa, 2009. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/o-poder-do-baixo-clero/>. Acesso em: 30 mai. 2022.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2016.

FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*. 3. ed. New York: Routledge, 2015.

FAIRCLOUGH, N. *Critical Discourse Analysis: the critical study of language*. New York: Longman, 1995.

FAIRCLOUGH, N. *Critical and descriptive goals in discourse analysis*. *Journal of Pragmatics*, v. 9, n. 6, p. 739-763, 1985. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0378-2166\(85\)90002-5](https://doi.org/10.1016/0378-2166(85)90002-5). Acesso em: 17 jun. 2022.

FEARNSIDE, P.; SCHIFFMAN, R. The Amazon on the Brink. *The New York Times*, 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/09/26/opinion/amazon-climate-change-deforestation.html>. Acesso em: 30 mai. 2022.

KILPATRICK, R. Norway Has Threatened to Cut Funds to Brazil Unless Deforestation Slows. *TIME*, 2017. Disponível em: <https://time.com/4829820/norway-brazil-amazon-deforestation/>. Acesso em: 30 mai. 2022.

LONDOÑO, E.; FRIEDMAN, L. Brazil Backs Out of Hosting 2019 Climate Change Meeting. *The New York Times*, 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/11/28/world/americas/brazil-climate-meeting.html>. Acesso em: 02 jun. 2022.

LONDOÑO, E.; SIMS, S. Brazilian Judge Stymies Plan to Allow Mining in Amazon Region. *The New York Times*, 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/08/30/world/americas/brazil-amazon-mining-temer-environmentalists-judge.html>. Acesso em: 30 mai. 2022.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R. N.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Editora UnB, 2017.

MAGALHÃES, I. *Introdução: a Análise de Discurso Crítica*. In: D.E.L.T.A. São Paulo: EDUC, v. 21, número especial, p. 1-9, 2005. Disponível em: <http://www.dx.doi.org/10.1590/S0102-44502005000300002>. Acesso em: 23 jun. 2022.

MARX, K. *O capital: livro III*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MELO, I. F. Histórico da análise de discurso crítica. In: BATISTA JR, J.R.L; TAMAÊ, D; MELO, I. F. (org.). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018, p. 21-35.

O'BOYLE, B. Jair Bolsonaro: Pro-Torture, Anti-Gay and Brazil's Future President? *Americas Quarterly*, 2016. Disponível em: <https://www.americasquarterly.org/article/jair-bolsonaro-pro-torture-anti-gay-and-brazils-future-president/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

PEREIRA, E.; FERREIRA, P.; RIBEIRO, L.; CARVALHO, T.; PEREIRA, H. Policy in Brazil (2016-2019) threaten conservation of the Amazon rainforest. *Environmental Science and Policy*, v. 100, p. 8-12, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2019.06.001>. Acesso em: 30 mai. 2022.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. V. S. *Análise de discurso crítica*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

SENGUPTA, S. What Jair Bolsonaro's Victory Could Mean for the Amazon, and the Planet. *The New York Times*, 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/10/17/climate/brazil-election-amazon-environment.html>. Acesso em: 02 jun. 2022.

TORRES, C. Deforestation in Brazil increased 30% in 12 months, agency says. *Fox News*, 2017. Disponível em: <https://www.foxnews.com/science/deforestation-in-brazil-increased-30-in-12-months-agency-says>. Acesso em: 30 mai. 2022.

WODAK, R.; MEYER, M. (org.). *Methods of Critical Discourse Analysis*. 2 ed. Londres: Sage, 2009

WODAK, R.; MEYER, M. (org.). Critical Discourse Analysis: History, Agenda, Theory, and Methodology. In: WODAK, R.; MEYER, M. (org.). *Methods of Critical Discourse Analysis*. 2 ed. London: Sage, 2009, p. 1-33.

Para citar este artigo

ARAÚJO, Aleffe Silva; SANTOS, Adelino Pereira dos. Análise crítica do discurso ecológico em manchetes de língua inglesa: as ebulições políticas e as representações do Brasil no governo Temer. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 13, n. 1, p. 1-24, jan.-abr. 2024.

Autoria

Aleffe Silva Araújo é graduado em Letras: Língua Inglesa e Literaturas pelo Departamento de Ciências Humanas do Campus V da Universidade do Estado da Bahia. Professor de Língua Inglesa. E-mail: aleffe.araujo@outlook.com; ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0002-7777-1973>.

Adelino Pereira dos Santos é doutor em Letras. Professor Titular-Pleno do Departamento de Ciências Humanas do Campus V da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: adesantos@uneb.br; ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9920-3649>.